

Workshop Anual de Inovação e Partilha Pedagógica da U. Porto (2016)

**Os desafios de ensinar Direito a futuros economistas e gestores**

Mariana Fontes da Costa,

Secção Autónoma de Direito - FEP

Resumo:

A Faculdade de Economia da Universidade do Porto tem, desde o início da sua história, uma longa e honrosa tradição de ensino do Direito. Nas suas salas lecionaram grandes mestres das Ciências Jurídicas, como J. Baptista Machado e J. Ribeiro de Faria, referências incontornáveis do Direito português do século XX e que muito contribuíram para a formação de alguns dos nossos maiores economistas e gestores.

Presentemente, a Secção Autónoma de Direito é composta por sete docentes: três docentes de carreira em regime de exclusividade e quatro docentes convidados a tempo parcial.

A simbiose entre a investigação e a prática do Direito e uma preocupação crescente com a adaptação da linguagem do ensino à realidade específica da formação em Economia e Gestão têm marcado o timbre do trabalho desenvolvido nos anos mais recentes pelos docentes de Direito da Faculdade de Economia, numa atuação consciente e orientada de ajustamento face ao tradicional ensino da *Scientia Iuridica* nas Faculdades de Direito. Esta preocupação manifesta-se, em especial, numa seleção criteriosa dos conteúdos programáticos a apresentar nos diferentes ciclos de estudos, na exposição destes conteúdos alicerçada nos reflexos que têm sobre a realidade económica e empresarial e na disponibilização de elementos de estudo adequados a esse alinhamento.

É propósito da Secção Autónoma de Direito da FEP contribuir para que a formação ministrada aos estudantes se distinga positivamente por uma compreensão englobante das realidades em que irão atuar profissionalmente, o que impõe uma consciencialização dos constrangimentos que a normatividade jurídica acarreta para os operadores que atuam nas áreas económica e empresarial e o conhecimento dos principais instrumentos jurídicos que o Direito coloca ao serviço desses mesmos operadores na prossecução das finalidades a que se propõem.

A redução da duração do primeiro ciclo de estudos, a limitação da carga letiva e a crescente especialização que daí resultou, tributários da reforma adotada para implementação do processo de Bolonha, implicaram nos anos mais recentes um novo esforço de ajustamento que se fez sentir em todas as áreas científicas, mas que tem ainda hoje reflexos particularmente acentuados nas

áreas científicas complementares, por natureza já objeto de especial contenção no cômputo global da formação dos estudantes.

O maior desafio presente é, assim, o de assegurar a consolidação e aprofundamento de um projeto pedagógico capaz de captar o interesse dos estudantes de Economia e Gestão e de lhes permitir intuir a relevância da formação complementar em Direito na sua vida profissional futura, de modo a perpetuar, adaptada à realidade presente e adequada aos constrangimentos que em cada época caracterizam a atividade de ensino, uma herança que, na melhor tradição renascentista, coloca o conhecimento da realidade acima de uma compartimentação estrita que secciona e empobrece o discernimento de quem nela atua.